

Senado autoriza rolagem da dívida de São Paulo

O plenário aprovou sexta-feira solicitação do governo de São Paulo para a emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado. Os recursos gerados com essa operação serão destinados ao giro da dívida mobiliária paulista vencível neste segundo semestre de 1995. O projeto foi aprovado por unanimidade.

Segundo o relator da matéria, senador Pedro Piva (PSDB-SP), a decisão do Senado possibilita o equacionamento de quase R\$ 1 bilhão da dívida do estado.

O Senado aprovou também projeto de resolução que autoriza o governo a contratar operação

de crédito externo no valor de 56,54 milhões de dólares para financiar programa de reaparelhamento de armação da Marinha. Outro projeto de resolução

aprovado pela Casa autoriza a prefeitura municipal do Rio de Janeiro a emitir Letras do Tesouro Municipal destinadas ao giro de sua dívida mobiliária vencível no segundo semestre de 95.

O pedido de autorização para a operação de crédito externo foi criticado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que questionou a taxa de juros do empréstimo e levantou dúvidas sobre o desempenho dos equipamentos a serem adquiridos, em relação ao uso pretendido pela Marinha brasileira.

Na discussão da matéria, o senador Romeu Tuma (SP) leu ofício que recebeu do Ministério da Marinha esclarecendo que os juros da operação são compatíveis com as taxas vigentes no mercado internacional.



Lideranças do PT entregam a Sarney um documento contra a violência e a favor da reforma agrária

Congresso apóia o combate à violência

Presidente do Senado recebe lideranças que articulam junto à sociedade civil uma campanha pela reforma agrária no país

Articuladas novas emendas em favor da Petrobrás

Os senadores Roberto Freire (PPS-PE) e Antonio Carlos Valadares (PP-SE) articulam a reapresentação em plenário, hoje, de emendas que visam garantir a preservação da Petrobrás.

Página 3

NESTA EDIÇÃO

FHC esclarece venda da Vale em carta a Jáder

Página 3

Simon critica ação contra Brizola

Página 2

"A violência no Brasil está atingindo níveis insustentáveis e o Congresso Nacional deve buscar instrumentos para que a sociedade sintam-se mais segura no exercício pleno da cidadania". A afirmação foi feita pelo presidente do Senado, José Sarney, ao receber sexta-feira uma comissão de parlamentares e lideranças do Partido dos Trabalhadores (PT), entre eles o senador Eduardo Suplicy (SP) e o ex-presidente do partido, Luis Inácio Lula da Silva, e representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Movimento Nacional dos Sem-Terra.

Sarney recebeu do presidente do PT, José Dirceu, o documento "Memorial contra a violência no campo e pela reforma agrária", e o pedido de apoio à campanha de combate à violência e pela implementação da reforma agrária no país, que o partido está articulando com diversas entidades civis.

O Memorial entregue a Sarney pela direção do PT foi lido em plenário pelo senador Eduardo Suplicy, o qual lamentou que, até o final de agosto deste ano, o governo federal tenha assentado somente 16 mil famílias de sem-terra. O senador Romero Jucá (PFL-RR) salientou a importância da criação de uma Justiça Agrária no país, objeto de projeto de lei de sua autoria, já em tramitação no Senado.

O documento afirma que "o massacre de lavradores cometido pela Polícia Militar de Rondônia, no mês passado, não foi o primeiro, nem será o último, se não forem tomadas providências efetivas e imediatas, a fim de modificar a situação geradora dessa violência no campo". O texto formula uma série de reivindicações, entre elas a liberação imediata de verba no valor de R\$ 1 bilhão para o assentamento de famílias de trabalhadores rurais.

Ação de deputados do Rio contra Brizola deixa Simon indignado

Intenção escondida por trás de rejeição de contas é tornar o ex-governador ineleável por oito anos, denuncia o senador

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) manifestou sexta-feira, em plenário, indignação com a tentativa de deputados estaduais do PMDB e do PSDB do Rio de Janeiro de rejeitarem contas do governo Leonel Brizola, depois de aprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado.

O senador destacou a lisura administrativa do ex-governador e afirmou que, no caso, "sente-se que querem é pegar o Dr. Leonel Brizola" para torná-lo ineleável por oito anos.

Simon fez apelo ao senador

Arthur da Távola (PSDB-RJ) e ao deputado Moreira Franco (PMDB-RJ) para que analisem a situação com serenidade e conversem com deputados estaduais de seus partidos.

Em aparte, o senador Jefferson Peres (PSDB-AM) afirmou que, se existem irregularidades na prestação de contas do ex-governador, elas não devem ser aprovadas. "Aplique-se a lei, seja a quem for", assinalou Peres.

O senador Ronaldo Cunha



Pedro Simon

Lima (PMDB-PB) solidarizou-se com Brizola e com o discurso de Simon, destacando que na história política do ex-governador não são apontados deslizamentos morais. Para o senador Josaphat Marinho (PFL-BA), é de se estranhar que as contas de Brizola estejam sendo contestadas pela Assembleia Legislativa. "Sabemos que no Parlamento, como nas Assembleias, as contas governamentais não são devidamente analisadas", reconheceu.

Marina participa de campanha contra exploração de adolescentes

O lançamento da "Campanha Nacional Contra a Exploração, a Violência e o Turismo Sexual de Crianças e Adolescentes", foi registrado sexta-feira pela senadora Marina Silva (PT-AC), designada pelo presidente José Sarney



Marina Silva

para representar o Senado Federal na frente parlamentar da campanha.

Segundo Marina Silva a situação das crianças e adolescentes carentes no Norte do país é preocupante e a participação da sociedade é necessária para que se possa

dar um basta na exploração da miséria.

A senadora acredita que a solução para o problema é uma reforma agrária séria, discutida a fundo por todas as camadas da população. Marina sustentou que a exploração de crianças e adolescentes é consequência da miséria de seus pais, que nada têm a oferecer.

Novas regras aperfeiçoam Orçamento

O presidente do Senado, José Sarney, garantiu sexta-feira que as novas regras de funcionamento da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização melhoram substancialmente o processo legislativo do orçamento, dando ao Congresso a possibilidade de cumprir com o seu dever principal, que é votar a lei que disciplina a distribuição dos recursos da União.

Para Sarney, as normas aprovadas na noite de quinta-feira vão proporcionar uma tramitação normal do projeto de lei orçamentária, permitindo um acompanhamento mais estrito pelos parlamentares e evitando os fatos "duramente presenciados e condenados por nós", como o escândalo do Orçamento, em 1993, que culminou com a cassação e renúncia de parlamentares.

Agenda do Dia

PRESIDENTE Senador José Sarney

10h - Despachos internos.

14h30 - Preside a Sessão Ordinária do Senado.

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Ordinária do Senado

Pauta: Quinto e último dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 39/95, que flexibiliza o monopólio estatal do petróleo.

PREVISÃO DOS TRABALHOS NESTA SEMANA

Terça-feira (19.09.95)

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Ordinária do Senado

Pauta: Primeiro dia útil de votação, em primeiro turno, da PEC nº 39/95, que flexibiliza o monopólio estatal do petróleo.

COMISSÕES

14h - Comissão de Rádio e TV

Pauta: Exposição do procurador da República Álvaro Augusto Ribeiro Costa. Local: Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa.

17h - CPI da Mineração

Pauta: Depoimento do presidente do Ibama, Raul Jungmann. Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

17h - Comissão do Vale do São Francisco

Pauta: Painel sobre política de recursos hídricos e gerenciamento da bacia. Local: Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

Quarta-feira (20.09.95)

14h30 - Sessão Ordinária do Senado

Pauta: Diversas matérias, destacando-se a PEC nº 40/95, que dispõe sobre a instituição de contribuição social para o financiamento das ações e serviços de saúde. (Tramitando em conjunto com a PEC nº 37/95, que cria o IPMF para pagamento da dívida interna. (Primeiro dia de discussão, em primeiro turno)

Quinta-feira (21.09.95)

CPI da Mineração - Roteiro preliminar da viagem ao Estado de Minas Gerais.

9h - Audiência pública na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Sexta-feira (22.09.95)

9h - Audiência pública no plenário da Câmara de Vereadores de Governador Valadares.

Sábado (23.09.95)

9h - Audiência pública no plenário da Câmara dos Vereadores de Teófilo Otoni.

Jucá sugere imposto menor para ouro

Uma taxaço "injusta e descabida" está destruindo o mercado de ouro e a indústria joalheira no Brasil, advertiu sexta-feira o senador Romero Jucá (PFL-RR), ao antecipar sugestões ao projeto de reforma tributária do governo. O senador considerou excessiva a taxaço de 3,65% sobre o ouro produzido e comercializado no país e sugeriu a fixação de uma alíquota única de 1% sobre o metal.

Segundo o senador, essa carga tributária de 3,5% é resultante da cobrança de PIS (0,65%), e Cofins (2%), o que tem feito cair a produção do ouro e estimulado a remessa para o exterior, uma vez que para exportação há incidência de apenas 1% de ICMS, ainda passível de redução.

Flaviano aponta uso político de estatal no DF

O telefone de emergência da Companhia de Eletricidade de Brasília (CEB), de número 196, foi utilizado para divulgar um discurso do ex-presidente do Partido dos Trabalhadores (PT), Luís Inácio Lula da Silva, na quinta-feira, dia 14, segundo denúncia apresentada sexta-feira pelo senador Flaviano Melo (PMDB-AC).

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) disse não ser a primeira vez que o PT utiliza a máquina pública do governo do Distrito Federal para a divulgação de atividades partidárias.

Já o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) negou ter havido utilização da máquina pública em favor do PT: o serviço de atendimento ao usuário da CEB usualmente transmite mensagens de rádio enquanto o ouvinte estiver esperando na linha para ser atendido. No dia 14, as rádios transmitiam o horário gratuito destinado ao Partido dos Trabalhadores.

Freire e Valadares prometem para hoje emenda que preserva Petrobrás

Senadores revelam já ter conseguido número de assinaturas suficiente para reapresentar alterações barradas na CCEJ

Apesar de bloqueadas quando da discussão da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, duas emendas constitucionais que



Freire

pretendem estabelecer proteção explícita da condição estatal da Petrobrás e assegurar-lhe preferência na concorrência com empresas estrangeiras poderão ser



Valadares

reapresentadas hoje, último dia de discussão da proposta de mudança apresentada pelo governo para flexibilizar o monopólio estatal do petróleo. A proposta de emenda do Executivo deverá ser votada amanhã pelo plenário do Senado, em primeiro turno.

Os senadores Antonio Carlos

Valadares (PP-SE) e Roberto Freire (PPS-PE) revelaram já contar com assinaturas suficientes para apresentar suas propostas de emenda destinadas a proteger a Petrobrás.

Na sessão de sexta-feira, a discussão da emenda do petróleo contou ainda com intervenção do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), que também defendeu a apreciação das emendas dos senadores Antonio Carlos Valadares e Roberto Freire.

FHC diz a Jäder que venda da Vale pode demorar

A venda da Companhia Vale do Rio Doce pode demorar e depende de um estudo sobre modelo de privatização a ser realizado pelo Executivo e pelo Senado Federal. É o que assegurou o presidente Fernando Henrique Cardoso em carta dirigida ao líder do PMDB, senador Jäder Barbalho (PA), que lhe havia escrito no final de agosto cobrando explicações mais convincentes sobre a venda da mineradora.

Jäder Barbalho leu sexta-feira em plenário a resposta de FHC, que apresenta dois argumentos básicos em favor da privatização da Vale: a falta de recursos da União para manter a empresa competitiva no futuro e a possibilidade de a iniciativa privada poder utilizar plenamente a reconhecida capacidade empresarial da Vale.

O patrimônio mineral da CVRD e a sua alienação à

União, em caso de privatização da empresa, é um dos principais temas a serem debatidos quando a proposta voltar ao plenário, defendeu Jäder Barbalho, lembrando que também pesam na decisão outros fatores, como a situação dos empregados da empresa. De qualquer modo, para o senador, a iniciativa de FHC de dialogar com o Senado dignifica o "debate".

Em apêndices, os senadores Edigson Lobão (PFL-MA) e José Roberto

Arruda (DF) elogiaram o momento positivo de integração entre o presidente e o Senado, tratando-se de um caso tão polêmico. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) observou que o presidente da República pode estar temeroso de que o projeto do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) submetendo a privatização da Vale ao Congresso seja aprovado.

Requião denuncia privatização irregular de porto

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) denunciou um processo irregular de privatização no porto de Parana-



Requião

guá, através de uma permissão para que a empresa Centro-Sul, arrendatária de parte da área portuária, obtenha o aforamento desse terreno. Por meio deste expediente, a empresa passou a exigir o pagamento de royalties e de outras taxas pelo uso do que ela agora, segundo o senador paranaense, considera área privada.

Na avaliação do senador, o fato constitui grave irregularidade, tendo em vista que não existe a figura do aforamento de área portuária, já que se trata de domínio exclusivo da União, que pode adotar a concessão de uso. Ele advertiu para a possibilidade de que a referida empresa, que vem se apresentando como legítima proprietária da área, possa vir a cobrar pedágios dos diversos usuários do porto.



Jäder Barbalho

Hospital inacabado de doze andares surpreende senadores

Em visita a Campo Grande e Cuiabá, Comissão vistoria obras públicas paralisadas e ouve reivindicações de recursos

Os senadores da Comissão de Obras Inacabadas ficaram perplexos ao visitar o moderno prédio de 12 andares do Hospital Geral de Campo Grande (MS), inaugurado em dezembro passado e até hoje sem funcionar. Campo Grande foi a primeira cidade do Centro-Oeste visitada pela comitiva, que também esteve em Cuiabá onde ainda vistoriou as construções de dois hospitais e outras obras inacabadas.

A comissão, que tem Carlos Wilson (PSDB-PE) na presidência e Casildo Maldaner (PMDB-SC) como relator, viajou integrada por Arlindo Porto (PTB-MG), Ramez Tebet (PMDB-MS) e Lúdio Coelho (PSDB-MS).

O governador Wilson Martins disse que Mato Grosso do Sul está com 80 obras inacabadas, das quais 55 só na área de saúde. A situação do Hospital Geral Rosa

Pedrossian deixou os senadores estupefatos. Com 36 mil m² de construção, só faltam 3% da obra para serem concluídos.

Já em Cuiabá, os senadores se reuniram com o vice-governador Márcio Lacerda e vistoriaram diversas obras, como o Hospital do Câncer e a duplicação de trecho da BR-364. Há no estado 48 obras públicas paralisadas.



Francelino Pereira

Francelino quer proteção a poupadores

Há sete anos a Constituição determina a criação de um seguro para proteger correntistas e poupadores de bancos que sofrerem intervenção do Banco Central, mas desde então pelo menos 70 instituições financeiras quebraram, trazendo grandes prejuízos para investidores e depositantes, lamentou em plenário o senador Francelino Pereira (PFL-MG). Por isso, o senador considera que o Congresso não pode mais adiar a regulamentação do artigo 192 da Constituição, que prevê um seguro para depositantes e aplicadores.

Para ele, a ninguém interessa manter a prática de "salvação" de instituições falidas, a não ser os próprios controladores e dirigentes que administram mal o dinheiro dos correntistas e aplicadores.

Francelino Pereira acha que o Congresso, ao não regulamentar o artigo 192, estimula banqueiros e administradores inescrupulosos a cometerem ações irregulares. Afinal, eles nunca são presos.

Alcântara: cobrança de plano de saúde

A grande quantidade de beneficiários de planos de saúde que são atendidos em situação de catástrofe nos hospitais públicos é um dos graves problemas do Sistema Único de Saúde, afirmou o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Segundo ele, o atendimento prestado pelos hospitais públicos não é reembolsado pelos planos ou seguros de saúde desses beneficiários.

"Apresentei, em março deste ano, um projeto de lei que determina o reembolso ao Sistema Único de Saúde por pessoas que tenham planos de saúde, porque não é justo o governo dar assistência médica, geralmente onerosa, a pessoas que contribuem regularmente com esses sistemas", analisou Lúcio Alcântara.



Diretores do Senado e do TCU firmam cooperação

Convênio Senado-TCU

Os presidentes do Senado, José Sarney, e do Tribunal de Contas da União (TCU), Marcos Vilaça, assinaram na manhã de sexta-feira dois convênios estabelecendo a cooperação entre o Prodasen e o Cegraf e aquela corte. Com o Prodasen, ficou estabelecido o acesso recíproco às respectivas bases de dados, enquanto o Centro Gráfico do Senado assumirá a impressão das publicações ofici-

ais do TCU, que pagará os custos gráficos próprios.

Participaram da solenidade todos os ministros do Tribunal, o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, os diretores-executivos do Cegraf, Claudionor Moura Nunes, e do Prodasen, Marco Antonio Paes dos Reis, e a diretora da Secretaria de Controle Interno do Senado, Martha Lyra do Nascimento.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade ■ Editores - Djalba Lima e Edson de Almeida
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo e Márcia Kalume ■ Revisão: Maria das Graças Aureliano ■ Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.